

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Órgão:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

**Secretaria/Setor Requisitante:** Secretaria da Saúde / Almoxarifado de Medicamentos

**Objeto:** Conserto de aparelho de Ar-Condicionado, marca KOMECO, modelo ABS12FC2LX

### 1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

#### 1.1. Necessidade (demanda) a ser atendida:

A fundamentação da demanda a ser atendida é essencial para garantir que o pedido de manutenção do ar-condicionado do almoxarifado de medicamentos na sala 4 seja compreendido em sua totalidade e urgência. A saúde da população é diretamente influenciada pela qualidade dos medicamentos que recebem, e essa qualidade depende significativamente das condições de armazenamento. Sem uma climatização adequada, controle da umidade e temperatura, os medicamentos podem deteriorar-se, perdendo sua eficácia e, em alguns casos, tornando-se inseguros para uso.

Na Lei de Licitação 14.133/2021, prevê a possibilidade de contratação por dispensa de licitação em situações emergenciais ou de calamidade pública, desde que devidamente justificados. Neste caso, a necessidade de conserto do ar-condicionado configura-se como uma emergência. As diretrizes da ANVISA sobre a climatização de ambientes destinados ao armazenamento de medicamentos são claras ao estabelecer que a temperatura controlada é crucial para preservar a eficácia e segurança dos produtos farmacêuticos. A falha em manter essas condições pode resultar em sanções por parte do órgão regulador, além de implicar em riscos consideráveis para a saúde pública.

Portanto, a manutenção do ar-condicionado deve ser realizada com a máxima urgência. Essa medida é vital não apenas para cumprir as normas vigentes e evitar penalidades, mas, sobretudo, para assegurar que os medicamentos armazenados mantenham sua qualidade. Garantir condições adequadas de armazenamento é uma responsabilidade que visa proteger a saúde dos cidadãos, evitando que medicamentos comprometidos cheguem aos pacientes e causem danos que poderiam ser prevenidos com a climatização das salas que contenham medicamentos.

Assim, a realização imediata do conserto do ar-condicionado é justificada não só pela legislação e regulamentação aplicáveis, mas também pela necessidade imperiosa de proteger a saúde pública e manter a confiança na integridade do sistema de armazenamento de medicamentos.



## **1.2. Beneficiários/usuários/interessados na contratação:**

A contratação da manutenção do ar-condicionado do almoxarifado de medicamentos na sala 4 beneficia diretamente os pacientes atendidos nas unidades de saúde, pois assegura a qualidade e eficácia dos medicamentos que recebem. Esses pacientes são os beneficiários diretos dessa contratação, pois dependem dos medicamentos para o tratamento de suas condições médicas e, portanto, sua saúde está diretamente ligada à qualidade dos produtos farmacêuticos armazenados. Os usuários dessa manutenção incluem os profissionais de saúde que trabalham no almoxarifado, como farmacêuticos e técnicos em farmácia, que dependem de um ambiente adequado para garantir a eficácia e segurança dos medicamentos. Além disso, os funcionários que utilizam o almoxarifado para retirar e armazenar medicamentos também são usuários indiretos dessa manutenção, pois sua segurança e bem-estar no ambiente de trabalho são impactados pela qualidade do ar-condicionado. Os interessados na contratação da manutenção do ar-condicionado do almoxarifado incluem os gestores e administradores da unidade de saúde, que têm a responsabilidade de garantir que todas as normas e regulamentos sejam cumpridos para proteger a saúde dos pacientes e evitar penalidades.

## **1.3. Resultados esperados da aquisição:**

A saúde do cidadão é prevista como compromisso formal e expresso do Estado, como se vê entre outras disposições, está contida no inciso II, do artigo 23, da Constituição Federal, que declara ser "competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência". A Constituição Federal em seu artigo 196 reza: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

## **1.4. Existência de Estudo Técnico Preliminar:**

Sim

Não

Não se aplica

## **1.5. Existência de Análise de Riscos:**

Sim

Não

Não se aplica

## **1.6. Existência de Projeto Básico:**

Sim

Não

Não se aplica



**1.7. Existência de Projeto Executivo:**

Sim

Não

Não se aplica

**1.7.1. Em caso de substituição de Projeto Executivo pelo Projeto Básico, justificar:** Não se aplica

**2. DA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

**2.1. Detalhamento do Objeto.**

Manutenção em aparelho de ar-condicionado da marca KOMECO, modelo ABS12FC2LX, o aparelho não resfria o ambiente, ventila ar em temperatura ambiente.

**2.2. Estimativa de Valores**

**Documento anexo:**

Planilha em anexo

**2.3. Sujeição às normas técnicas:** Não se aplica

**2.4. Especificação de garantia/assistência técnica:** Não se aplica

**2.5. Natureza do Objeto da Contratação/Aquisição:**

Serviço não continuado

Serviço continuado

Material de consumo

Material permanente / equipamento

Obra de engenharia

Outros

**2.5.1. Em se tratando de obra de engenharia, manifestar:**

Comum

Especial

**2.6. Necessidade de Agrupamento de Itens:**

Sim

Não

Não se aplica

**2.6.1. Em caso de necessidade de agrupamento de itens, justificar:**

**2.7. Possibilidade de subcontratação:**

Sim

Não



Não se aplica

**2.7.1. Em permitindo a subcontratação, especificar as condições:** Não se aplica

### 3. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

#### **3.1. Para habilitação jurídica, a empresa de melhor proposta deverá entregar os seguintes documentos:**

( ) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

( ) Documento de identidade do preposto ou do representante da empresa responsável pela execução do contrato.

( ) Inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF).

( ) Comprovante de residência.

#### **3.2. Para qualificação econômico-financeira, a empresa de melhor proposta deverá entregar os seguintes documentos:**

( ) Certidão negativa de falência ou concordata com sua expedição nunca superior a 90 (noventa) dias de sua emissão, referente à comarca de domicílio da empresa licitante.

( ) Balanço Patrimonial.

( ) Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente até 10% do valor estimado da contratação.

( ) Certidão negativa expedida pelo Cartório distribuidor do domicílio, demonstrando inexistência de quaisquer ações de execução ou insolvência civil

#### **3.3. Para regularidade fiscal e trabalhista, a empresa de melhor proposta deverá entregar os seguintes documentos:**

(X) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

( ) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação.

(X) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.

( ) Certidão de regularidade para com a fazenda estadual.

(X) Certidão de regularidade para com a fazenda municipal do domicílio da empresa licitante.

(X) Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e dívida ativa



da União e INSS.

(X) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

( ) Declaração de Empregador de Pessoa Jurídica e de Situação Regular no Ministério do Trabalho, conforme inciso VI, art. 68 da Lei 14.133/21

**3.4. Para regularidade técnica, a empresa de melhor proposta deverá entregar os seguintes documentos:**

( ) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica.

( ) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

( ) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

**Nas hipóteses previstas no art. 70, III da Lei 14.133/21 ou caso seja necessário estabelecer condições específicas em relação a habilitação, descrever aqui:** Artigo 51 Decreto 8637/23

#### 4. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Menor Preço

Melhor Técnica

Melhor Técnica e Menor Preço

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**1** – A Contratada deve cumprir todas as obrigações conforme item 3-CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO deste Termo, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**2** - Comunicar à unidade requisitante, por escrito e no prazo de 24 (vinte e horas), após a data de recebimento da autorização de fornecimento, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste pedido.

**3** – A entrega do(s) item(ns) em questão deverá(ão) ser feita por sua conta e risco, em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo máximo de 20 dias, no endereço avenida das Nações s/n, antigo Hospital São Judas Tadeu, CEP 17.202-110, Jaú, estado de São Paulo, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, lote, procedência e prazo de garantia ou validade.

**4** – O(s) Item(ns) deverá(ão) ser entregues com validade superior à 12 meses a contar da data de entrega.



- 5** – Despesas com frete ou quaisquer outras, correrão por conta e risco da Contratada.
- 6** - Nos casos de recusa do objeto, parcial ou total, a Contratada terá de providenciar a substituição dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação oficial feita pela unidade requisitante, sem adição de qualquer ônus à municipalidade.
- 7** – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados.
- 8** – Responsabilizar-se por vícios danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código do Consumidor (Lei 8.078 de 1990).
- 9** – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 10** - Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias ao fornecimento dos objetos registrados e pagar os emolumentos prescritos em lei, caso houver.
- 11** - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas. Toda qualquer espécie de tributo é de responsabilidade da Contratada.
- 12** - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Fornecedor ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 13** - Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- 14** - Não será permitido ao pessoal da empresa Contratada ou Transportadora o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.
- 15** - Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- 16** - Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, medicamentos que não atendam as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 18** – Manter durante toda a execução desta compra, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, descritas neste termo.

## 6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo.
- 2 - Efetuar o pagamento à empresa fornecedora no prazo estipulado.
- 3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no campo 5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 4 - Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 5 - Rejeitar, no todo ou em partes, o produto que a Contratada entregar fora das especificações deste Termo.
- 6 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.
- 7 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. ENTREGA/PRESTAÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Forma de entrega/prestação:**

- Prestação Única  
 Prestações Sucessivas  
 Outras

**7.1.1. Em caso de serviços, prestados de forma sucessivas com cumprimento em etapas, cronograma ou planilha, informar etapas e prazos de forma individual e seus critérios de medição (pode ser documento anexo):**

### **7.2. Local de entrega/prestação:**

- Almoxarifado  
 Secretaria Demandante  
 Local Específico

**7.2.1. Em caso de local específico de entrega/prestação, favor indicá-lo:**

Avenida das Nações s/n, antigo Hospital São Judas Tadeu, Almoxarifado de Medicamentos, primeiro andar.

## **8. PAGAMENTO DO OBJETO**

### **8.1. Condição de Pagamento:**

- Parcela Única





Parcelas Sucessivas

**8.1.1. Caso seja em parcelas sucessivas, indicar a periodicidade (mensal, bimestral, cumprimento de etapas etc.):**

**8.2. Forma de Pagamento:**  
 Padrão (Transferência Bancária)  
 Especial

**8.2.1. Caso seja em forma especial, indicá-lo e justificá-lo:**

**8.3. Prazo de Pagamento:**  
 Padrão (15 dias)  
 Especial

**8.3.1. Caso seja em prazo especial, indicá-lo e justificá-lo:**

## 9. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**9.1. Informar período de vigência:**

Jahu/SP, 19 de abril de 2024.

Luiz Carlos Munhoz  
Diretor Estratégico  
**Responsável pela Elaboração do Termo de Referência**

Ana Paula Rodrigues  
Secretária da Saúde

